

**BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A. – Conglomerado
Prudencial**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 4 |
| Balanços patrimoniais | 7 |
| Demonstrações dos resultados | 8 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 9 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 11 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 12 |

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, cujo lucro líquido no exercício foi de R\$ 156.046 mil (R\$ 45.458 mil em 31 de dezembro de 2020), os ativos totais, R\$ 8.544.670 mil (R\$ 8.519.888 mil em 31 de dezembro de 2020) e a carteira de crédito R\$ 2.532.626 mil (R\$ 2.415.392 mil em 31 de dezembro de 2020).

Dividendos:

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2021 se optou pelo não provisionamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 23 de Março de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos, e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e das empresas consolidadas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas ao Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP014428/O-6


Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | Nota | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 | PASSIVO | Nota | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|-------------|------------------|------------------|--|-------------|------------------|------------------|
| Disponibilidades | 4 | 595.963 | 119.449 | PASSIVOS FINANCEIROS | | 6.269.453 | 6.492.146 |
| ATIVOS FINANCEIROS | | 7.780.660 | 8.322.681 | Depósitos | 14 | 1.671.795 | 2.303.525 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 1.730.187 | 2.892.753 | Depósitos à vista | | 147.287 | 119.296 |
| Aplicações no mercado aberto | | 910.312 | 2.142.099 | Depósitos a prazo | | 1.524.508 | 2.184.229 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 819.874 | 714.074 | | | | |
| Aplicações em moeda estrangeira | | 1 | 36.580 | Relações Interdependências | | 55.271 | 27.489 |
| | | | | Instrumentos financeiros derivativos | 7 | 102.463 | 167.696 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 6 | 2.177.845 | 1.846.372 | Obrigações por empréstimos no Exterior | 15.a | 927.194 | 662.209 |
| Carteira própria | | 1.642.574 | 1.400.912 | Obrigações por repasses do Exterior | 15.b | 2.807.402 | 2.713.144 |
| Vinculados Prestação de Garantias | | 535.271 | 445.460 | Carteira de câmbio | 10 | 705.328 | 618.083 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 7 | 65.081 | 126.411 | OUTROS PASSIVOS | 16.a | 118.625 | 39.387 |
| Relações Interfinanceiras | | 537.987 | 437.969 | PROVISÕES | 16.b | 68.684 | 94.759 |
| Depósitos no Banco Central do Brasil - BACEN | | 3.015 | 2.647 | Fiscais, cíveis e trabalhistas | | 32.343 | 64.538 |
| Repasses Interfinanceiros | 8 | 535.121 | 435.444 | Outras | | 36.341 | 30.221 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 8 | (149) | (122) | PASSIVOS FISCAIS | | 138.040 | 53.167 |
| Operações de Crédito | | 1.685.692 | 2.117.517 | Passivos tributários correntes | 19.a | 61.989 | 28.815 |
| Empréstimos | 9.a | 1.688.319 | 2.120.928 | Obrigações fiscais diferidas | 19.c | 76.051 | 24.352 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 9.e | (2.627) | (3.411) | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.949.868 | 1.840.429 |
| Operações de Câmbio | | 1.583.868 | 901.659 | Capital: | 18.a | 1.559.699 | 1.559.699 |
| Carteira de Câmbio | 10 | 1.586.013 | 901.961 | De domiciliados no país | | 2 | 2 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 9.e | (2.145) | (302) | De domiciliados no exterior | | 1.559.696 | 1.559.697 |
| OUTROS ATIVOS | 12 | 38.258 | 31.401 | Reservas de Lucros | | 427.681 | 271.635 |
| ATIVOS FISCAIS | 11 | 122.391 | 39.239 | Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários | 6.a | (993) | 3.299 |
| Ativos tributários correntes | | 18.184 | 13.937 | Hedge Fluxo de Caixa | | (51.163) | (3.970) |
| Crédito Tributário | | 104.207 | 25.302 | Ajustes Ref. Passivos Atuariais- CVM 600 | | (9.603) | (10.869) |
| INVESTIMENTOS | | 123 | 123 | Ajustes variação cambial investimentos | | 24.247 | 20.635 |
| IMOBILIZADO DE USO | 13.a | 3.404 | 2.809 | | | | |
| Outras imobilizações de uso | | 16.288 | 14.839 | | | | |
| Depreciações acumuladas | | (12.884) | (12.030) | | | | |
| INTANGÍVEL | 13.b | 3.871 | 4.186 | | | | |
| Ativos Intangíveis | | 14.457 | 13.489 | | | | |
| Amortizações acumuladas | | (10.586) | (9.303) | | | | |
| TOTAL ATIVO | | 8.544.670 | 8.519.888 | TOTAL PASSIVO | | 8.544.670 | 8.519.888 |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

| | Nota | 2º Semestre | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|------|------------------|------------------|------------------|
| Receitas da intermediação financeira | | <u>683.288</u> | <u>721.040</u> | <u>933.197</u> |
| Operações de crédito | 20.a | 159.324 | 202.244 | 177.066 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 20.b | 140.334 | 199.459 | 197.955 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 20.c | 228.281 | 184.757 | 218.141 |
| Resultado de operações de câmbio | 20.d | 155.349 | 134.580 | 340.035 |
| Despesas da intermediação financeira | | <u>(479.748)</u> | <u>(522.639)</u> | <u>(862.130)</u> |
| Operações de captação no mercado | 20.e | (53.098) | (80.693) | (50.399) |
| Operações de empréstimos e repasses | 20.f | (426.650) | (441.946) | (811.731) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | <u>203.540</u> | <u>198.401</u> | <u>71.067</u> |
| (-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito | 9.e | 1.944 | (1.059) | (675) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | <u>(16.835)</u> | <u>37.965</u> | <u>27.535</u> |
| Receitas de prestação de serviços | 20.g | 27.928 | 48.331 | 44.416 |
| Despesas de pessoal | 20.h | (41.169) | (77.245) | (66.583) |
| Outras despesas administrativas | 20.i | (26.287) | (52.188) | (44.881) |
| Despesas tributárias | 20.j | (8.159) | (14.645) | (11.439) |
| Outras receitas / (despesas) operacionais | 20.k | (59) | 101.518 | 114.481 |
| (Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes | 20.l | 30.911 | 32.194 | (8.459) |
| Resultado operacional | | <u>188.649</u> | <u>235.307</u> | <u>97.927</u> |
| Resultado não operacional | 20.m | <u>6</u> | <u>16</u> | <u>56</u> |
| Resultado antes da tributação | | <u>188.655</u> | <u>235.323</u> | <u>97.983</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | 19 | <u>(75.782)</u> | <u>(75.672)</u> | <u>(50.102)</u> |
| Imposto de Renda | | (22.031) | (32.037) | (16.934) |
| Contribuição Social | | (21.450) | (29.952) | (13.176) |
| Ativo Diferido Fiscal | | (32.301) | (13.683) | (19.992) |
| Participações estatutárias | | <u>(2.380)</u> | <u>(3.605)</u> | <u>(2.423)</u> |
| Lucro líquido do período | | <u>110.493</u> | <u>156.046</u> | <u>45.458</u> |
| Quantidade de ações | | <u>1.559.699</u> | <u>1.559.699</u> | <u>1.559.699</u> |
| Lucro por lote de mil ações - R\$ | | <u>70,84</u> | <u>100,05</u> | <u>29,15</u> |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

| | <u>2º Semestre</u> | <u>Dezembro/2021</u> | <u>Dezembro/2020</u> |
|---|------------------------|------------------------|----------------------|
| Lucro líquido do período | 110.493 | 156.046 | 45.458 |
| Resultado abrangente que podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido: | <u>(37.394)</u> | <u>(47.873)</u> | <u>8.112</u> |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | |
| Variação de valor justo | (753) | (7.804) | 6.022 |
| Efeito Fiscal | 339 | 3.512 | (2.710) |
| Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior | | | |
| Variação de valor justo | 9.980 | 6.567 | 19.636 |
| Efeito Fiscal | (4.491) | (2.955) | (8.836) |
| Hedges fluxo de caixa | | | |
| Variação de valor justo | (77.216) | (85.805) | (10.909) |
| Efeito Fiscal | 34.747 | 38.612 | 4.909 |
| Resultado abrangente que não podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido: | <u>1.266</u> | <u>1.266</u> | <u>1.263</u> |
| Ajustes Passivos Atuariais | | | |
| Variação de valor justo | 2.302 | 2.302 | 2.296 |
| Efeito Fiscal | (1.036) | (1.036) | (1.033) |
| Total de outros resultados abrangentes no período | <u>(36.128)</u> | <u>(46.607)</u> | <u>9.375</u> |
| Resultado abrangente total | <u>74.365</u> | <u>109.439</u> | <u>54.833</u> |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Reserva Lucros | | | Outros Resultados Abrangentes | | | | | Total |
|--|------|-------------------|---------------|----------------|-------------------------------|-------------------------|---------------------------|---|-------------------|------------------|
| | | Capital realizado | Legal | Estatutárias | Próprios | Ganhos e Perdas - Hedge | Ajuste Passivos Atuariais | Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior | Lucros acumulados | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | | 1.559.699 | 13.260 | 212.917 | (13) | 2.030 | (12.132) | 9.835 | - | 1.785.596 |
| Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos | | | | | 3.312 | (6.000) | | | | (2.688) |
| Ajuste passivos atuariais | | | | | | | 1.263 | | | 1.263 |
| Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524 | | | | | | | | 10.800 | | 10.800 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | 45.458 | 45.458 |
| Reserva legal | 18.c | | 2.274 | | | | | | (2.274) | - |
| Reserva estatutária | 18.d | | | 43.184 | | | | | (43.184) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 1.559.699 | 15.534 | 256.101 | 3.299 | (3.970) | (10.869) | 20.635 | - | 1.840.429 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 1.559.699 | 15.534 | 256.101 | 3.299 | (3.970) | (10.869) | 20.635 | - | 1.840.429 |
| Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos | | | | | (4.292) | (47.193) | | | | (51.485) |
| Ajuste passivos atuariais | | | | | | | 1.266 | | | 1.266 |
| Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524 | | | | | | | | 3.612 | | 3.612 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | 156.046 | 156.046 |
| Reserva legal | 18.c | | 7.802 | | | | | | (7.802) | - |
| Reserva estatutária | 18.d | | | 148.244 | | | | | (148.244) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 1.559.699 | 23.336 | 404.345 | (993) | (51.163) | (9.603) | 24.247 | - | 1.949.868 |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | | 1.559.699 | 17.808 | 299.380 | (579) | (8.694) | (10.869) | 18.758 | - | 1.875.503 |
| Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos | | | | | (414) | (42.469) | | | | (42.883) |
| Ajuste passivos atuariais | | | | | | | 1.266 | | | 1.266 |
| Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524 | | | | | | | | 5.489 | | 5.489 |
| Lucro líquido do semestre | | | | | | | | | 110.493 | 110.493 |
| Reserva legal | 18.c | | 5.528 | | | | | | (5.528) | - |
| Reserva estatutária | 18.d | | | 104.965 | | | | | (104.965) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 1.559.699 | 23.336 | 404.345 | (993) | (51.163) | (9.603) | 24.247 | - | 1.949.868 |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A .
Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

| | 2º Semestre | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|--------------------|----------------------|----------------------|
| Atividades Operacionais | | | |
| Lucro Líquido Ajustado | 109.951 | 130.442 | 84.011 |
| Resultado do período | 110.493 | 156.046 | 45.458 |
| Ajustes ao lucro líquido | (542) | (25.604) | 38.553 |
| Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos) | (10.954) | (16.705) | 7.415 |
| Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes | 843 | 7.804 | (611) |
| Ajuste de Provisão para perdas associadas ao risco de crédito | (1.943) | 1.059 | 675 |
| Ajuste de Provisão (reversão) para Operações Interfinanceiras | 28 | 27 | 74 |
| Ajuste de Provisão (reversão) para garantias financeiras prestadas | 2.415 | 3.394 | 709 |
| Depreciações e Amortizações | 1.026 | 2.137 | 2.585 |
| Ajuste de Provisão para Riscos Fiscais | 340 | (2.783) | 66 |
| Ajuste de Provisão para Passivos Contingentes | (31.250) | (29.412) | 7.616 |
| Tributos Diferidos | 32.301 | 13.683 | 12.318 |
| (Atualização) Monetária / Reversão de Depósitos Judiciais | (219) | (395) | (337) |
| Provisões / Reversões para Gratificação de Pessoal | 10.927 | 4.557 | 386 |
| Outros | (4.056) | (8.970) | 7.657 |
| Variação de Ativos e Passivos | 126.125 | (51.705) | (706.891) |
| (Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 272.395 | 498.855 | (99.030) |
| (Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos) | (509.815) | (326.475) | 489.607 |
| (Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos) | (111.592) | (72.263) | (231.671) |
| (Aumento) Redução em Operações de Crédito | 352.464 | 432.609 | (1.088.225) |
| (Aumento) Redução em Operações da Carteira de Câmbio | 80.651 | (596.807) | 210.947 |
| (Aumento) Redução em Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos) | 80.459 | 70.929 | 1.423 |
| (Aumento) Redução em Outros Ativos | (34.139) | (38.790) | 1.682 |
| (Redução) Aumento em passivos tributários correntes | 43.481 | 61.989 | 30.110 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social pagos | (9.648) | (32.573) | (25.635) |
| (Redução) Aumento em Outros Passivos | (38.131) | (49.179) | 3.901 |
| Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades operacionais | 236.076 | 78.737 | (622.880) |
| Atividades de Investimentos | | | |
| (Aquisição) Alienação de Imobilizado Intangível | 0 | (968) | (1.229) |
| (Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso | (173) | (1.449) | (995) |
| Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de investimentos | (173) | (2.417) | (2.224) |
| Atividades de Financiamentos | | | |
| Aumento (Redução) em Depósitos | (541.454) | (631.730) | 79.722 |
| Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses | 629.766 | 368.213 | 954.828 |
| Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de financiamentos | 88.312 | (263.517) | 1.034.550 |
| Aumento / (Redução) das Disponibilidades | 324.215 | (187.197) | 409.446 |
| Disponibilidades no Início do Período | 271.748 | 119.449 | 45.607 |
| Equivalente de Caixa no Início do Período | 1.566.857 | 2.230.568 | 1.894.964 |
| Total das disponibilidades e equivalente de caixa no início do período | 1.838.605 | 2.350.017 | 1.940.571 |
| Disponibilidades no Final do Período | 595.963 | 595.963 | 119.449 |
| Equivalente de Caixa no Final do Período | 1.566.857 | 1.566.857 | 2.230.568 |
| Total das disponibilidades e equivalente de caixa no final do período | 2.162.820 | 2.162.820 | 2.350.017 |
| Variações em Disponibilidades Líquidas e Equivalente de Caixa no período | 324.215 | (187.197) | 409.446 |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Estas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial (“Conglomerado”) têm por objetivo atender aos requisitos do Banco Central do Brasil (“BACEN”) divulgado por meio de Resolução nº 4.820, de 31/12/2013.

Nosso Conglomerado Prudencial é composto pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A (“Banco”) e pelos fundos de investimento SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado no Exterior Longo Prazo (“Fundo Onshore”) e SMBCB Offshore I (“Fundo Offshore”).

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”) está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. O Banco é subsidiária integral de nossa casa matriz, SMBC Tóquio - Japão.

SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado no Exterior Longo Prazo (“Fundo Onshore”) e o SMBCB Offshore I (“Fundo Offshore”) são fundos de investimento proprietários e exclusivos ao Banco e tem como objetivo aplicar seus recursos em ativos de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial, podendo realizar, direta ou indiretamente, aplicações em ativos financeiros no exterior, com o objetivo de investir em diversos mercados, e utilizar instrumentos negociados no mercado de derivativos tanto para efeito de proteção da carteira (“*hedge*”) quanto para aumento da exposição do Fundo Onshore a quaisquer fatores de risco, de forma a proporcionar ao Banco uma forma de investimento em ativos de renda fixa e instrumentos financeiros derivativos.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução BCB n.º 4.818/2020 .

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do Bacen e não se confundem com as demonstrações Contábeis Consolidadas para fins gerais. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na Resolução CMN nº 4.280/2013 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Prudencial.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01)
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxo de caixa (CPC 03)
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24)
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10)
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução BCB nº 4.877/20 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1)
- Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02)
- Resolução CMN nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04)
- Resolução CMN nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
- Resolução CMN nº 4.636/18 – Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1)
- Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo (CPC 46)
- Resolução BCB nº 4.818 / 20 – Resultado por Ação (CPC 41)

Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução CMN nº 4.820, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das

entidades localizadas no país ou exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

O Conglomerado é composto pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e pelos fundos SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior ("SMBCB Onshore"), no qual o Banco é cotista exclusivo, e SMBCB Offshore I ("Fundo Offshore"), no qual o SMBCB Onshore é cotista exclusivo.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Para efeito de consolidação os títulos e aplicações pertencentes à carteira do fundo SMBCB Onshore estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Alterações na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01/01/2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen n.º 3.959/2019, o Conglomerado realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

Balanço Patrimonial

Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;

Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;

Apresentação em destaque das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado.

Outras informações

O Conglomerado não adotou a prerrogativa CMN n.º 4.818/2020 de divulgar demonstrações financeiras consolidadas anuais acompanhadas de notas explicativas selecionadas.

3 Principais práticas contábeis

O Conglomerado adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Conglomerado Prudencial é o Real.

As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Conglomerado Prudencial o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “*pro rata die*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Conglomerado para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação e nem são mantidos até o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

f. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* ("NDF") e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios:

- Operações com futuros:

Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

- Operações Swap e Non Deliverable Forward:

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro-rata die*” até a data do balanço.

As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge*:
 - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício.
 - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
 - No momento da designação inicial do *hedge*, o Conglomerado formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Conglomerado faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

g. Operações de crédito, câmbio e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Conglomerado que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Conglomerado faz uma provisão adicional, com base em metodologia interna, elaborada pela sua matriz.

O Conglomerado Prudencial possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Conglomerado. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do “*Obligor Grade*” - “*grading*” do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

O Conglomerado Prudencial contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima.

h. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

i. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

Atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem

estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

j. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do exercício, amortizadas pelo prazo contratual de locação.

Atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativo (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

l. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício.

m. Depósitos

Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os

critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.
- **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida pela administração com base no parecer dos advogados, tendo em vista a possibilidade de perda na causa.

- **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é 20% até 31 de dezembro de 2021, a partir dessa data a alíquota passa a ser de 25% até 31 de dezembro de 2021.

De acordo com a Lei 14.183/2021 a contribuição social apurada sobre o lucro ajustado foi majorada para 25% até 31 de dezembro de 2021, sendo que a partir dessa data a alíquota volta a ser de 20%.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base

negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Isso porque, apesar da alíquota da CSLL vigente para o imposto corrente ser de 25% em 31/12/2021, a constituição dos créditos tributários são feitos pela alíquota estimada para sua realização, que no caso será de 2022 em diante.

p. Plano de benefícios a funcionários

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo Conglomerado de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

Plano de Benefício Definido

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

O Banco Central emitiu em 25 de dezembro de 2015 a Resolução BCB nº 4.877/2020 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

O Conglomerado adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde

2013.

q. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

r. Resultado não recorrente

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

4 Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes a caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|----------------|------------------|
| Disponibilidades | 595.963 | 119.449 |
| (*)Aplicações de depósitos interfinanceiros | 36.199 | 2.230.568 |
| Aplicações no mercado aberto | - | 2.142.099 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 36.198 | 51.889 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 1 | 36.580 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 632.162 | 2.350.017 |

(*) Referem-se a operações com prazo original ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão compostas como segue:

| | Dezembro/2021 | | | |
|-------------------------------------|----------------|--------------------|----------------------|----------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| Aplicações no mercado aberto | - | - | 910.312 | 910.312 |
| Posição bancada | - | - | 910.312 | 910.312 |
| Letras Tesouro Nacional | - | - | 580.198 | 580.198 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | 330.114 | 330.114 |

| | | | | |
|---|---------------|----------------|------------------|------------------|
| Aplicações de depósitos interfinanceiros | 36.198 | 423.377 | 360.299 | 819.874 |
| Não ligadas | 36.198 | 423.377 | 360.299 | 819.874 |
| Aplicações em moeda estrangeira | 1 | - | - | 1 |
| Total | 36.199 | 423.377 | 1.270.611 | 1.730.187 |

Dezembro/2020

| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
|---|--------------------|------------------------|--------------------------|------------------|
| Aplicações no mercado aberto | 2.142.099 | - | - | 2.142.099 |
| Posição bancada | 2.142.099 | - | - | 2.142.099 |
| Letras Tesouro Nacional | 1.492.051 | - | - | 1.492.051 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 650.048 | - | - | 650.048 |
| Aplicações de depósitos interfinanceiros | 51.889 | 420.325 | 241.860 | 714.074 |
| Não ligadas | 51.889 | 420.325 | 241.860 | 714.074 |
| Aplicações em moeda estrangeira | 36.580 | - | - | 36.580 |
| Total | 2.230.568 | 420.325 | 241.860 | 2.892.753 |

6 Títulos e valores mobiliários

O Conglomerado não adota como estratégia de atuação a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. Abaixo mais detalhes carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| | Dezembro/2021 | | Dezembro/2020 | |
|---|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| | Valor de Mercado | Valor de Custo | Valor de Mercado | Valor de Custo |
| (*)Títulos disponíveis para venda | | | | |
| Carteira própria: | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 1.112.209 | 921.010 | 1.236.518 | 1.240.183 |
| Notas do Tesouro Nacional - Série F | - | - | 52 | 52 |
| Debêntures | 530.065 | 529.606 | 163.704 | 153.659 |
| Cotas de fundos de participação – FIP Brasil Sustentabilidade | 300 | 641 | 638 | 641 |
| | 1.642.574 | 1.451.257 | 1.400.912 | 1.394.535 |
| Vinculados à prestação de garantias | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 535.271 | 536.286 | 445.460 | 445.784 |
| | 535.271 | 536.286 | 445.460 | 445.784 |
| Total geral | 2.177.845 | 1.987.543 | 1.846.372 | 1.840.319 |

(*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos

tributários, de R\$ (993) em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.299 em 31 de dezembro de 2020).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma:

- **Títulos indexados à Taxas SELIC e DI** – O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido diariamente da expectativa da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo.
- **Títulos indexados a taxas prefixadas** – O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte.
- **Cotas de fundos de investimentos** – O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo.
- **Debêntures:** O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo.

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

As cotas de fundos e as debêntures estão registradas na custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de *Swap*, *Non Deliverable Forward* – NDF e futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| | Dezembro/2021 | | |
|-----------------------------|----------------|------------------|-------------------------------|
| | Valor de Custo | Valor de Mercado | Valor Referencial do Contrato |
| SWAP - Posição Ativa | | | |
| PRE x CDI | 4.799 | 2.268 | 83.800 |

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

| | | | |
|-------------|---------------|---------------|----------------|
| PRE x DOLAR | 3.356 | (796) | 141.317 |
| CDI x DOLAR | 7.933 | 11.535 | 518.575 |
| | 16.088 | 13.007 | 743.692 |

NDF - Posição Ativa

| | | | |
|-------------|---------------|---------------|------------------|
| PRE x DOLAR | 10.131 | 8.369 | 144.567 |
| DOLAR x PRE | 30.552 | 40.849 | 158.606 |
| PRE x EURO | 11 | 10 | 59 |
| PRE x IENE | 2.792 | 2.935 | 1.885.697 |
| | 43.486 | 52.163 | 2.188.929 |

Credit value adjustment (CVA)

| | | | |
|-----|---|------|---|
| CVA | - | (89) | - |
| | - | (89) | - |

| | | | |
|--------------|---------------|---------------|------------------|
| Total | 59.574 | 65.081 | 2.932.621 |
|--------------|---------------|---------------|------------------|

Dezembro/2020

| | Valor de Custo | Valor de Mercado | Valor Referencial do Contrato |
|-----------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------------------|
| SWAP - Posição Ativa | | | |
| PRE x CDI | 9.441 | 13.961 | 191.200 |
| PRE x DOLAR | 15.727 | 18.119 | 355.116 |
| | 25.168 | 32.080 | 546.316 |

NDF - Posição Ativa

| | | | |
|-------------|----------------|---------------|------------------|
| PRE x DOLAR | 12.140 | 12.604 | 70.810 |
| DOLAR x PRE | 83.316 | 75.658 | 294.451 |
| PRE x EURO | 991 | 1.239 | 3.366 |
| PRE x IENE | 4.375 | 4.678 | 1.836.695 |
| EURO x PRE | 579 | 290 | 3.500 |
| | 101.401 | 94.469 | 2.208.822 |

Credit value adjustment (CVA)

| | | | |
|-----|---|-------|---|
| CVA | - | (138) | - |
| | - | (138) | - |

| | | | |
|--------------|----------------|----------------|------------------|
| Total | 126.569 | 126.411 | 2.755.138 |
|--------------|----------------|----------------|------------------|

Dezembro/2021

| | Valor de Custo | Valor de Mercado | Valor Referencial do Contrato |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------------------|
| SWAP - Posição Passiva | | | |
| CDI x PRE | 313 | 321 | 499 |
| PRE x DOLAR | 27.095 | 42.798 | 544.457 |
| CDI x DOLAR | 37.766 | 24.193 | 830.000 |
| | 65.174 | 67.312 | 1.374.956 |

NDF - Posição Passiva

| | | | |
|-------------|--------|--------|--------|
| PRE x DOLAR | 28.554 | 29.263 | 68.291 |
|-------------|--------|--------|--------|

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

| | | | |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------------------|
| DOLAR x PRE | 16.070 | 5.888 | 131.200 |
| | 44.624 | 35.151 | 199.491 |
| Total | 109.798 | 102.463 | 1.574.447 |
| Dezembro/2020 | | | |
| | Valor de Custo | Valor de Mercado | Valor Referencial do Contrato |
| SWAP - Posição Passiva | | | |
| CDI x PRE | 570 | 776 | 1.319 |
| PRE x DOLAR | 5.197 | 4.541 | 82.232 |
| CDI x DOLAR | 6.163 | 4.713 | 431.160 |
| | 11.930 | 10.030 | 514.711 |
| NDF - Posição Passiva | | | |
| PRE x DOLAR | 26.859 | 29.974 | 74.375 |
| DOLAR x PRE | 124.074 | 132.136 | 443.001 |
| PRE x EURO | 78 | (106) | 3.714 |
| PRE x IENE | 584 | 662 | 542.731 |
| | 151.595 | 162.666 | 1.063.821 |
| Total | 163.525 | 172.696 | 1.578.532 |

1- Composição de valor nominal por vencimento

| Dezembro/2021 | | | | |
|-------------------|-------------|-------------------------|-------------------|-----------|
| | Até 3 meses | De 3 meses até 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| Operações de SWAP | | | | |
| CDI x PRE | 177 | 323 | - | 500 |
| PRE x CDI | 7.200 | 76.600 | - | 83.800 |
| PRE x DOLAR | 41.416 | 420.653 | 223.705 | 685.774 |
| CDI x DOLAR | 72.000 | 308.325 | 968.249 | 1.348.574 |
| | 120.793 | 805.901 | 1.191.954 | 2.118.648 |
| Operações de NDF | | | | |
| PRE x DOLAR | 130.907 | 81.951 | - | 212.858 |
| DOLAR x PRE | 80.583 | 163.039 | 46.184 | 289.806 |
| PRE x EUR | 59 | - | - | 59 |
| PRE x IENE | 875.697 | 1.010.000 | - | 1.885.697 |
| | 1.087.246 | 1.254.990 | 46.184 | 2.388.420 |
| Total | 1.208.039 | 2.060.891 | 1.238.138 | 4.507.068 |

| Dezembro/2020 | | | | |
|-------------------|-------------|-------------------------|-------------------|---------|
| | Até 3 meses | De 3 meses até 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| Operações de SWAP | | | | |
| CDI x PRE | 223 | 597 | 499 | 1.319 |
| PRE x CDI | 107.400 | - | 78.200 | 185.600 |
| PRE x DOLAR | 302.234 | 109.869 | 28.745 | 440.848 |
| CDI x DOLAR | 206.160 | 225.000 | - | 431.160 |

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

| | | | | |
|-------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| LIBOR x DOLAR | - | - | 2.100 | 2.100 |
| | 616.017 | 335.466 | 109.544 | 1.061.027 |
| Operações de NDF | | | | |
| PRE x DOLAR | 113.640 | 16.366 | 15.179 | 145.185 |
| DOLAR x PRE | 317.608 | 397.408 | 22.436 | 737.452 |
| PRE x EUR | 6.180 | 900 | - | 7.080 |
| PRE x IENE | 969.299 | 1.410.127 | - | 2.379.426 |
| EURO x PRE | 3.500 | - | - | 3.500 |
| | 1.410.227 | 1.824.801 | 37.615 | 3.272.643 |
| Total | 2.026.244 | 2.160.267 | 147.159 | 4.333.670 |

2- Composição do valor nominal por local de negociação

| Dezembro/2021 | | | |
|---------------|------------|------------------|------------------|
| | Bolsa | Balcão | Valor nominal |
| Swaps | 499 | 2.118.149 | 2.118.648 |
| NDF | - | 2.388.420 | 2.388.420 |
| Total | 499 | 4.506.569 | 4.507.068 |

| Dezembro/2020 | | | |
|---------------|--------------|------------------|------------------|
| | Bolsa | Balcão | Valor nominal |
| Swaps | 1.319 | 1.059.708 | 1.061.027 |
| NDF | - | 3.272.643 | 3.272.643 |
| Total | 1.319 | 4.332.351 | 4.333.670 |

3- Comparação entre valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF, são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

Futuros - B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão

| Dezembro/2021 | | | | |
|--------------------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Valor de referência (contábil) | | | | |
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| FUTUROS - | | | | |
| Valor referencial | | | | |
| Compra | | | | |
| Cupom Cambial Moeda | 576.182 | 935.553 | 2.227.757 | 3.739.492 |
| Estrangeira | 322.972 | - | - | 322.972 |
| Taxa de Juros | 222.772 | 266.029 | 106.482 | 595.283 |
| | 1.121.926 | 1.201.582 | 2.334.239 | 4.657.747 |
| Venda | | | | |
| Cupom Cambial Moeda | - | 27.799 | 18.897 | 46.696 |
| Estrangeira | 696.167 | - | - | 696.167 |

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Conglomerado Prudencial
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

| | | | | |
|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Taxa de Juros | - | 606.259 | 148.823 | 755.082 |
| | 696.167 | 634.058 | 167.720 | 1.497.945 |
| Total | 1.818.093 | 1.835.640 | 2.501.959 | 6.155.692 |

| Dezembro/2020 | | | | |
|--------------------------------|------------------|-------------------------|-------------------|------------------|
| Valor de referência (contábil) | | | | |
| | Até 3 meses | De 3 meses até 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| FUTUROS - | | | | |
| Valor referencial | | | | |
| Compra | | | | |
| Cupom Cambial | - | 280.988 | 1.718.009 | 1.998.997 |
| Moeda | | | | |
| Estrangeira | 617.773 | - | - | 617.773 |
| Taxa de Juros | 720.449 | 2.207.957 | 138.815 | 3.067.221 |
| | 1.338.222 | 2.488.945 | 1.856.824 | 5.683.991 |
| Venda | | | | |
| Cupom Cambial | 811.842 | 1.730.661 | - | 2.542.503 |
| Taxa de Juros | - | 39.588 | 451.020 | 490.608 |
| | 811.842 | 1.770.249 | 451.020 | 3.033.111 |
| Total | 2.150.064 | 4.259.194 | 2.307.844 | 8.717.102 |

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros à valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.746 (R\$ 9.511 em 31 de dezembro de 2020), e registrado em contas de resultado.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, e estão assim compostos:

| Instrumentos financeiros derivativos | Resultado | | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2º Sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
| "Swap" | (90.032) | (61.530) | (39.800) |
| "NDF" | 126.242 | 175.084 | 401.588 |
| Mercado de Futuros | 194.256 | 70.437 | (143.647) |
| Total | 230.466 | 183.991 | 218.141 |

4- "Hedge accounting"

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre:

- **Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Futuros, designadas instrumentos de “*hedge*”, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

4.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – *Hedge* de risco de mercado

| Vencimentos - Valor Mercado | | | | | |
|-----------------------------|------------------|----------------|------------|------------|----------------|
| Descrição | Indexador | Até 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | Total |
| Futuros | Cupom Cambial | 476.967 | - | - | 476.967 |
| Total | | 476.967 | - | - | 476.967 |

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|------------------|------------------|
| Itens Objeto de “<i>hedge</i>” | | |
| Passivo | | |
| Operações de repasse | | |
| Valor atualizado pelas condições pactuadas | (157.715) | (428.271) |
| Valor do ajuste (nota 15b) | 1.099 | 10.069 |
| Valor de mercado | (158.814) | (438.340) |
| Total Valor a mercado Objeto de “<i>hedge</i>” | (158.814) | (438.340) |
| Instrumentos de “<i>hedge</i>” | | |
| Ativo | | |
| Futuros | 476.967 | 438.763 |
| Total Valor a mercado Intrumento de “<i>hedge</i>” | 476.967 | 438.763 |

4.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – *Hedge* de fluxo de caixa

Vencimentos - Valor Mercado

| Descrição | Indexador | Até 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | Total |
|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| Futuros | Cupom Cambial | 934.258 | 342.630 | 349.322 | 1.626.210 |
| Total | | 934.258 | 342.630 | 349.322 | 1.626.210 |

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|---------------|---------------|
| Itens Objeto de “hedge” | | |
| Passivo | | |
| Operações de repasse | | |
| Valor atualizado pelas condições pactuadas | (2.048.602) | (1.330.702) |
| Instrumentos de “hedge” | | |
| Ativo | | |
| Futuros | 1.626.210 | 1.346.502 |
| Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa | (51.163) | (3.970) |

O valor de R\$ (51.163) em 31 de dezembro de 2021 e R\$ (3.970) em 2020 em Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de hedge.

8 Relações interfinanceiras

Refere-se à operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman). Os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 149 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2020):

| | Dezembro / 2021 | | | Dezembro / 2020 |
|-------------------|--------------------------|------------|----------------|-----------------|
| | Repasse Interfinanceiros | Provisão | Saldo Contábil | Saldo Contábil |
| A vencer: | | | | |
| Até 30 dias | 777 | - | 777 | 688 |
| De 31 a 60 dias | 22.917 | 9 | 22.908 | 60 |
| De 61 a 90 dias | 22.447 | 9 | 22.438 | 153.547 |
| De 91 a 180 dias | 200.876 | 47 | 200.829 | - |
| De 181 a 360 dias | 56.357 | 23 | 56.334 | - |
| Acima de 360 dias | 231.747 | 61 | 231.686 | 281.027 |
| Total | 535.121 | 149 | 534.972 | 435.322 |

9. Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão assim demonstradas:

a. Por operação

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|------------------|------------------|
| Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63) | 184.951 | 328.540 |
| Compror | 6 | 12.002 |
| Capital de giro | 1.324.904 | 1.518.848 |
| Notas de Créditos para Exportação - NCE | 178.458 | 261.538 |
| Total de operações de crédito | 1.688.319 | 2.120.928 |
| Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 10) | 841.446 | 292.337 |

| | | |
|---|------------------|------------------|
| Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 10) | 2.861 | 2.127 |
| Total da carteira de crédito | 2.532.626 | 2.415.392 |
| Garantias Financeiras Prestadas | 2.317.310 | 2.258.264 |
| Total Com Garantias Financeiras Prestadas | 4.849.936 | 4.673.656 |

b. Por vencimento

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|-------------------|------------------|------------------|
| À vencer | | |
| Até 31 dias | 176.423 | 289.683 |
| De 31 a 60 dias | 62.821 | 81.108 |
| De 61 a 90 dias | 506.563 | 189.474 |
| De 91 a 180 dias | 575.010 | 282.856 |
| De 181 a 360 dias | 673.546 | 724.182 |
| Acima de 360 dias | 538.263 | 848.089 |
| Total | 2.532.626 | 2.415.392 |

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2021 representam 89,49% da carteira de crédito (65,32% em 31 de dezembro de 2020), no montante de R\$ 2.266.559 (R\$ 1.577.704 em 31 de dezembro de 2020).

c. Por nível de risco ("rating")

| | | Dezembro/2021 | | | | |
|----------------|------------------|---------------------|---------------|------------------|--------------------|----------------|
| Nível de risco | % provisão 2.682 | Total das operações | % da carteira | Provisão regular | Provisão adicional | Provisão total |
| AA | - | 2.005.644 | 79,2 | - | 1.963 | 1.963 |
| A | 0,50 | 512.251 | 20,2 | 2.561 | 51 | 2.612 |
| B | 1,00 | 13.911 | 1 | 139 | 26 | 165 |
| C | 3,00 | 820 | 0 | 25 | 7 | 32 |
| Total | | 2.532.626 | 100 | 2.725 | 2.047 | 4.772 |

| | | Dezembro/2020 | | | | |
|----------------|------------------|---------------------|---------------|------------------|--------------------|----------------|
| Nível de risco | % provisão 2.682 | Total das operações | % da carteira | Provisão regular | Provisão adicional | Provisão total |
| AA | - | 2.408.207 | 99,7 | - | 3.665 | 3.665 |
| A | 0,50 | 7.185 | 0,3 | 36 | 12 | 48 |
| Total | | 2.415.392 | 100 | 36 | 3.677 | 3.713 |

d. Por setor de atividade

| | Dezembro / 2021 | Dezembro / 2020 |
|---------------|-----------------|-----------------|
| Setor privado | | |

| | | |
|----------------------|------------------|------------------|
| Indústria | 1.091.164 | 1.332.075 |
| Comércio | 844.697 | 421.601 |
| Outros serviços | 337.775 | 398.043 |
| Setor Público | | |
| Federal | 258.990 | 263.673 |
| Total | 2.532.626 | 2.415.392 |

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 6.717 | 3.713 | 3.038 |
| Reversão de provisão | (1.951) | (1.985) | (1.734) |
| Constituição de provisão | 6 | 3.044 | 2.409 |
| Saldo final | 4.772 | 4.772 | 3.713 |

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houveram operações recuperadas e renegociadas.

f. Garantias financeiras prestadas

O Conglomerado efetuou provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16. Os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 8.874 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.480 em 31 de dezembro de 2020):

| | Dezembro / 2021 | | Dezembro / 2020 | |
|--|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Garantias Prestadas | Provisão | Garantias Prestadas | Provisão |
| Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias | 6.261 | (25) | 5.001 | (16) |
| Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras | 22.763 | - | 13.369 | (1) |
| Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias | 147.617 | (203) | 231.842 | (209) |
| Vinculadas a Distribuição de TVM's - Oferta Pública | 248.598 | (1.243) | - | - |
| Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal | 587.014 | (1.182) | 573.260 | (1.397) |
| Outras Fianças Bancárias | 810.287 | (3.364) | 472.075 | (1.571) |
| Outras Garantias Financeiras Prestadas | 494.769 | (2.857) | 962.717 | (2.286) |
| Total | 2.317.309 | (8.874) | 2.258.264 | (5.480) |

10 Carteira de câmbio

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

| | Dezembro / 2021 | Dezembro / 2020 |
|---|-----------------|-----------------|
| Ativo | | |
| Câmbio comprado a liquidar | 1.062.047 | 595.903 |
| Direitos sobre venda de câmbio | 528.600 | 306.999 |
| Adiantamentos em moeda nacional recebidos | (7.495) | (3.068) |

| | | |
|--|------------------|----------------|
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 - a) | 2.861 | 2.127 |
| Total | 1.586.013 | 901.961 |

Passivo

| | | |
|--|----------------|----------------|
| Câmbio vendido a liquidar | 532.340 | 298.037 |
| Obrigações por compra de câmbio | 1.014.434 | 612.383 |
| Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9 - a) | (841.446) | (292.337) |
| Total | 705.328 | 618.083 |

11 Ativo Fiscais

Estão representados pelos valores a seguir:

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|----------------|---------------|
| Crédito tributário – Base Negativa IR e CSLL | - | 2.589 |
| Crédito tributário- diferenças temporárias MTM | 78.257 | 22.513 |
| Crédito tributário – diferenças temporárias provisões | 25.951 | - |
| Antecipações de imposto de renda e contribuição social | 17.817 | 13.937 |
| Outras antecipações de impostos | 366 | 200 |
| Total | 122.391 | 39.239 |

12 Outros ativos

Estão representados pelos valores a seguir:

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|---------------|---------------|
| Material em Estoque | 83 | 72 |
| Despesas antecipadas | 1.022 | 1.230 |
| Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17) | 14.887 | 15.894 |
| Rendas a Receber | 1.636 | 3.320 |
| Negociação e intermediação de Valores | 15.281 | 7.629 |
| Outros | 5.349 | 3.256 |
| Total | 38.258 | 31.401 |

13 Imobilizado de Uso e Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está assim representado:

a. Imobilizado de uso

| Descrição | Taxa anual de depreciação % | Dezembro / 2021 | | | Dezembro / 2020 |
|------------------------------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|-----------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Instalações | 10 | 4.395 | (3.740) | 655 | 949 |
| Sistema de processamentos de dados | 20 | 8.298 | (6.118) | 2.180 | 1.101 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10 | 1.663 | (1.327) | 336 | 430 |
| Sistema de comunicação | 10 | 369 | (215) | 154 | 192 |
| Sistema de segurança | 10 | 302 | (296) | 6 | 6 |
| Sistema de transporte | 20 | 1.261 | (1.188) | 73 | 131 |
| Total | | 16.288 | (12.884) | 3.404 | 2.809 |

b. Intangível

| Descrição | Taxa anual de depreciação % | Dezembro / 2021 | | | Dezembro / 2020 |
|----------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|-----------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Software | 20 | 13.825 | (10.004) | 3.821 | 2.977 |
| Direito de uso | 20 | 632 | (582) | 50 | 1.209 |
| Total | | 14.457 | (10.586) | 3.871 | 4.186 |

14 Depósitos

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| Descrição | Depósitos à vista | | Depósitos à prazo | |
|-------------------|-------------------|-----------------|-------------------|------------------|
| | Dezembro / 2021 | Dezembro / 2020 | Dezembro / 2021 | Dezembro / 2020 |
| Sem vencimento | 147.287 | 119.296 | - | - |
| Até 30 dias | - | - | 79.548 | 132.840 |
| De 31 a 60 dias | - | - | 58.879 | 212.006 |
| De 61 a 90 dias | - | - | 118.611 | 171.889 |
| De 91 a 180 dias | - | - | 291.928 | 484.354 |
| De 181 a 360 dias | - | - | 424.055 | 489.660 |
| Acima de 360 dias | - | - | 551.487 | 693.480 |
| Total | 147.287 | 119.296 | 1.524.508 | 2.184.229 |

15 Obrigações por empréstimos e repasses

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue:

a. Obrigações por empréstimos no exterior

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de US\$ 166.167 (US\$ 127.443 em 31 de dezembro 2020) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 22 de julho de 2022, sujeitos às taxas de juros de até 0,57% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 927.194 (R\$ 662.209 em 31 de dezembro de 2020).

b. Obrigações por repasses do exterior

Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2021, correspondem a US\$ 502.930 (US\$ 519.394 em 31 de dezembro 2020). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 0,00% a.a. até 2,80% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 02 de janeiro de 2026. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.807.402 (R\$ 2.713.144 em 31 de dezembro de 2020):

| Dezembro / 2021 | | |
|-----------------|-------------------|-------|
| Até 12 meses | Acima de 12 meses | Total |

| | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Obrigações por empréstimos no exterior | 927.194 | - | 927.194 |
| Obrigações por repasses do exterior | 1.349.459 | 1.457.943 | 2.807.402 |
| Total | 2.276.653 | 1.457.943 | 3.734.596 |

| | Dezembro / 2020 | | |
|--|------------------|-------------------|------------------|
| | Até 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| Obrigações por empréstimos no exterior | 662.209 | - | 662.209 |
| Obrigações por repasses do exterior | 942.649 | 1.770.495 | 2.713.144 |
| Total | 1.604.858 | 1.770.495 | 3.375.353 |

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de *hedge accounting*, no montante de R\$ 1.099 (R\$ 10.069 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa 7, item 4.

16 Outros Passivos e Provisões

a. Outros Passivos

| Descrição | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|----------------|---------------|
| Cobrança e arrecadação de tributos federais | 974 | 392 |
| Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC | 354 | 483 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 1.026 | 580 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS | - | 331 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa | 378 | 192 |
| Imposto Sobre Serviços - ISS | 437 | 363 |
| Impostos e contribuições - serviços de terceiros | 17 | 18 |
| Impostos e Contribuições sobre salários | 2.172 | 1.810 |
| Negociação e intermediação de valores | 87.365 | 8.784 |
| Passivos atuariais | 17.971 | 19.845 |
| Programa de Integração Social | 196 | 94 |
| Resultado de exercícios futuros | 1.539 | 2.779 |
| Sociais e Estatutárias | 5.767 | 3.374 |
| Outros | 207 | 216 |
| Total | 118.583 | 39.261 |
| (*) Passivo circulante | 118.583 | 39.261 |

(*) O Banco considera as obrigações em sua integralidade como passivo circulante, uma vez que não há data definida para execução das obrigações, podendo ocorrer tanto em período inferior ou em período superior a um ano.

b. Provisões

| Dezembro/2021 | | | Dezembro/2020 | | |
|---------------|----------------|-------|---------------|----------------|-------|
| Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |

| | | | | | | |
|---|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| Provisão para risco fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17) | 32.343 | - | 32.343 | 64.538 | - | 64.538 |
| Provisão para despesas de pessoal | 22.916 | - | 22.916 | 20.157 | - | 20.157 |
| Provisão para despesas gerais | 4.551 | - | 4.551 | 4.584 | - | 4.584 |
| Garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº 9.f) | 6.706 | 2.168 | 8.874 | 2.598 | 2.882 | 5.480 |
| Total | 66.516 | 2.168 | 68.684 | 91.877 | 2.882 | 94.759 |

17 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Entre os processos judiciais que envolvem o Conglomerado, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

| Descrição | Provisão | | Depósitos judiciais | |
|--|---------------|---------------|---------------------|---------------|
| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
| Provisão para riscos fiscais: | | | | |
| ISS - RJ (a) | - | - | 4.043 | 3.931 |
| ISS - SP (b) | 15 | - | 54 | 612 |
| Obrigações legais: | | | | |
| Desmutualização Cetip (h) | 103 | 101 | - | - |
| PIS compensação (c) | - | 3.189 | - | - |
| PIS emenda constitucional (d) | 1.007 | 774 | - | - |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e) | 9.674 | 9.518 | 9.674 | 9.518 |
| Total | 10.799 | 13.582 | 13.771 | 14.060 |
| Provisão para riscos: | | | | |
| Cíveis (f) | 12.403 | 39.099 | - | - |
| Trabalhistas (g) | 9.141 | 11.857 | 1.116 | 1.834 |
| Total | 21.544 | 50.956 | 1.116 | 1.834 |
| Total de provisões e depósitos judiciais | 32.343 | 64.538 | 14.887 | 15.894 |

(a) O Banco possui processo fiscal relacionado a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, no qual é cobrado imposto sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica de rateio de resultados internos. O SMBCB obteve êxito no processo. Aguarda-se o levantamento do valor depositado judicialmente, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.043 (R\$3.931 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Os depósitos judiciais se referem à processos em discussão relacionados a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004. O SMBCB obteve êxito em um processo ainda existente e decisão desfavorável em outro processo. Foi realizado o provisionamento referente aos honorários sucumbenciais de R\$ 15 em 2021. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica, representa

o montante de R\$ 54 (R\$ 612 em 31 de dezembro de 2020). Houve trânsitos em julgado favoráveis ao banco cujos depósitos judiciais foram levantados nesse período.

(c) Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vinha sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendiam ao período de setembro de 2002 a outubro 2005 desse imposto. Em 31 de dezembro de 2021 o valor da provisão foi revertido, tendo em vista a decisão definitiva favorável ao Banco (R\$ 3.189 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC17/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2021, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do processo, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.007 (R\$ 774 em 31 de dezembro de 2020).

(e) O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 31% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial era possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$9.674 (R\$9.518 em 31 de dezembro de 2020). O processo em referência teve decisão favorável ao banco, e assim que houver o deferimento para levantamento do depósito judicial, o banco também fará a reversão da provisão.

(f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo. No mês de setembro de 2021, foi realizada revisão dos valores econômicos processuais consubstanciada na opinião de consultoria de peritos externos, onde a administração decidiu pela reversão contábil do montante de R\$ 29.567 constituídos. A revisão do cálculo, não alterou a estimativa utilizada pela administração e, não representa, em nenhum momento, correções de eventuais erros em estimativas passadas.

O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.403 (R\$ 39.099 em 31 de dezembro de 2020).

(g) A provisão refere-se às ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 9.141 (R\$ 11.857 em 31 de dezembro de 2020).

(h) O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações da CETIP, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 103 (R\$ 101 em 31 de dezembro

de 2020).

Movimentação das provisões e das obrigações legais

| | 2021 | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Fiscal | Trabalhista | Cível | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 13.582 | 11.857 | 39.099 | 64.538 |
| Constituição de provisão | 8 | 1.372 | - | 1.380 |
| Atualização monetária | 403 | 1.529 | 2.871 | 4.803 |
| Reversões operacionais | (3.193) | (5.240) | (29.567) | (38.000) |
| Baixas por pagamento | - | (378) | - | (378) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 10.799 | 9.141 | 12.403 | 32.343 |
| | 2020 | | | |
| | Fiscal | Trabalhista | Cível | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 13.515 | 7.986 | 35.355 | 56.856 |
| Constituição de provisão | 860 | 4.980 | - | 5.839 |
| Atualização monetária | 144 | 965 | 3.744 | 4.853 |
| Reversões operacionais | (160) | (798) | - | (958) |
| Baixas por pagamento | (777) | (1.276) | - | (2.053) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 13.582 | 11.857 | 39.099 | 64.538 |

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | Quantidade | Quantidade |
| | de ações (mil) | de ações (mil) |
| Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão) | 1.559.697 | 1.559.697 |
| Acionistas domiciliados no país | 2 | 2 |
| Total | 1.559.699 | 1.559.699 |

b. Dividendos

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2021 se optou pelo não provisionamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 404.345 (R\$ 256.101 em 31 de dezembro de 2020) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, “*ad referendum*” da Assembleia Geral.

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

| | Dezembro/2021 | | Dezembro/2020 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Resultado antes da tributação após participações | 231.679 | 231.679 | 95.560 | 95.560 |
| Reversão de prov passivos contingentes | (29.567) | (29.567) | - | - |
| Provisão de passivos contingentes | 11.922 | 11.922 | 6.473 | 6.473 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 3.037 | 3.037 | 2.357 | 2.357 |
| Provisões temporárias | (5.343) | (5.343) | 6.167 | 6.167 |
| Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos | (16.657) | (16.657) | 616 | 616 |
| Ajuste a valor de mercado operações “ <i>hedge accounting</i> ” | (17.484) | (17.484) | 6.660 | 6.660 |
| Despesas não dedutíveis | 8.369 | 945 | 3.345 | 922 |
| Operações BM&F | (48.181) | (48.181) | (25.776) | (25.776) |
| Outras adições/(exclusões) | (395) | (395) | (315) | (315) |
| Compensação de prejuízos fiscais anteriores | (9.035) | (1.648) | (28.526) | (27.800) |
| Lucro tributável | 128.345 | 128.309 | 66.562 | 64.866 |
| Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3.o) | 19.252 | - | 9.984 | - |
| Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3.o) | 12.810 | - | 6.632 | - |
| Lei Empresa Cidadã | (25) | - | (399) | - |
| Lei Rouanet | - | - | (84) | - |
| Ajuste CSLL – proporcional alíquota | - | (2.125) | - | (291) |
| Contribuição social - 25% (nota explicativa nº 3.o) | - | 32.077 | - | 12.973 |
| Total | 32.037 | 29.952 | 16.133 | 12.682 |

b. Créditos tributários

Os créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social existentes anteriormente, tendo em vista a base tributável de 31 de dezembro de 2021 foram totalmente consumidos (R\$ 2.259 e R\$ 331 em 2020, respectivamente).

Já os créditos tributários sobre diferenças temporárias sobre provisões foram constituídos no ano de 2021 sob as alíquotas vigentes para a data da previsão da realização desses ajustes.

1. Composição do crédito tributário ativo em 31 de dezembro de 2021

| Composição do crédito tributário | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|----------------|---------------|
| Prejuízo Fiscal | - | 2.259 |
| Base Negativa da contribuição social | - | 330 |
| Ajustes temporários sobre provisões judiciais | 4.860 | - |
| Ajustes temporários sobre provisão de perdas crédito | 6.201 | - |
| Ajustes temporários demais provisões | 14.890 | - |
| Marcação a mercado hedge objeto | 495 | 4.531 |
| Marcação a mercado swap | 9.687 | - |
| Marcação a mercado NDF | - | 5.852 |
| Ajuste títulos disponíveis para venda | 1.662 | - |
| Ajuste atuarial plano de saúde | 5.896 | 6.267 |
| Ajuste atuarial plano previdência | 2.143 | 2.616 |
| Ajuste <i>hedge accountig</i> | 42.037 | 3.247 |
| Ajuste temporário B3 | 16.336 | - |
| Total | 104.207 | 25.102 |

2. Previsão de realização do crédito tributário em 31 de dezembro de 2021

| Exercício | Imposto de Renda Diferido | Contribuição social diferida | Total |
|------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------|
| 2022 | 34.690 | 26.472 | 61.162 |
| 2023 | 7.437 | 5.997 | 13.434 |
| 2024 | 8.341 | 6.728 | 15.069 |
| 2025 | 5.626 | 4.537 | 10.163 |
| A partir de 2026 | 2.429 | 1.590 | 4.379 |
| Total | 58.523 | 45.684 | 104.207 |

3. Movimentação do crédito tributário

A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

| | Saldo em Dezembro/2020 | Realizações/ Constituições | Saldo em Dezembro/2021 |
|---|---------------------------|-------------------------------|---------------------------|
| Prejuízo Fiscal | 2.259 | (2.259) | - |
| Base Negativa de CSLL | 330 | (330) | - |
| Ajustes temporários sobre provisões judiciais | - | 4.860 | 4.860 |
| Ajustes temporários sobre provisão de perdas de crédito | - | 6.201 | 6.201 |
| Ajustes temporários demais provisões | - | 14.890 | 14.890 |
| Marcação a mercado <i>hedge funding</i> | 4.531 | (4.036) | 495 |
| Marcação a mercado swap | - | 9.687 | 9.687 |
| Marcação a mercado NDF | 5.852 | (5.852) | - |
| Ajuste títulos disponíveis para venda | - | 1.662 | 1.662 |

| | | | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|----------------|
| Ajuste atuarial plano de saúde | 6.267 | (371) | 5.896 |
| Ajuste atuarial plano previdencia | 2.616 | (473) | 2.143 |
| Ajuste <i>hedge accountig</i> | 3.247 | 38.790 | 42.037 |
| Ajuste temporário B3 | - | 16.336 | 16.336 |
| Total | 25.102 | 79.105 | 104.207 |

Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:

| | Dezembro/2021 | Dezembro2020 |
|---|----------------------|---------------------|
| Realização do prejuízo fiscal - IR | (2.259) | (7.132) |
| Realização da base negativa - CSLL | (331) | (5.435) |
| Ajustes temporários sobre provisões judiciais | 4.860 | - |
| Ajustes temporários sobre provisão de perdas de crédito | 6.201 | - |
| Ajustes temporários demais provisões | 14.890 | - |
| Marcação a mercado <i>hedge funding</i> | (4.036) | 2.697 |
| Marcação a mercado swap | 6.314 | (454) |
| Marcação a mercado NDF | (13.810) | 1.631 |
| Ajuste hedge CDI | - | 358 |
| Ajuste temporário b3 | (21.681) | (11.599) |
| Marcação a mercado cotas fundo | (3.832) | (57) |
| Total | (13.683) | (19.992) |

4. Valor presente do crédito tributário

| Exercício | Imposto de Renda Diferido | Contribuição social diferida | Total |
|------------------|----------------------------------|-------------------------------------|---------------|
| 2022 | 31.041 | 23.687 | 54.728 |
| 2023 | 6.049 | 4.877 | 10.926 |
| 2024 | 6.170 | 4.976 | 11.146 |
| 2025 | 3.773 | 3.043 | 6.816 |
| A partir de 2026 | 1.295 | 1.033 | 2.328 |
| Total | 48.328 | 37.616 | 85.944 |

c. Outros créditos tributários

O Banco possui ainda obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 76.051, que está relacionado com os ajustes a valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082.

As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionados ao plano de aposentaria de benefícios definido e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados.

Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências cíveis no montante de R\$ 5.581, que não foram constituídos devido a incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

20 Demonstração do resultado

a. Operações de crédito

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Rendas de empréstimos | 103.208 | 140.483 | 94.533 |
| Rendas de financiamentos e repasses | 56.116 | 61.761 | 82.533 |
| Total | 159.324 | 202.244 | 177.066 |

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|---------------------|----------------------|----------------------|
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez | 69.991 | 105.878 | 73.285 |
| Rendas de operações com títulos e valores mobiliários | 70.343 | 93.581 | 124.670 |
| Total | 140.334 | 199.459 | 197.955 |

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|---------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas com operações de SWAPs, Futuros e NDFs | 3.256.274 | 6.564.959 | 8.508.268 |
| Despesas com operações de SWAPs, Futuros e NDFs | (3.027.992) | (6.380.202) | (8.290.127) |
| Total | 228.281 | 184.757 | 218.141 |

d. Resultado operações de câmbio

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|----------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas com operações de câmbio | 160.383 | 171.346 | 365.331 |
| Despesas com operações de câmbio | (5.034) | (36.766) | (25.296) |
| Total | 155.349 | 134.580 | 340.035 |

e. Operações de captação no mercado

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas com depósitos à prazo | (51.576) | (77.345,10) | (46.918) |
| Despesas com depósitos interfinanceiros | (136) | (414,80) | (826) |
| Despesas com operações compromissadas | (270) | (423,17) | (318) |
| Despesas com contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos | (1.117) | (2.509,59) | (2.337) |
| Total | (53.098) | (80.693) | (50.399) |

f. Operações de empréstimos e repasses

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|---------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas com empréstimos e repasses no exterior | (430.706) | (450.916) | (813.428) |
| Ajuste Hedge - Repasses e empréstimos | 4.056 | 8.970 | 1.697 |
| Total | (426.650) | (441.946) | (811.731) |

g. Receita de prestação de serviços

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas de tarifas e serviços | 3.219 | 3.518 | 13.247 |
| Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa nº 21a) | 9.337 | 16.160 | 11.077 |
| Rendas de garantias prestadas | 15.372 | 28.653 | 20.092 |
| Total | 27.928 | 48.331 | 44.416 |

h. Despesas de pessoal

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|-----------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Proventos | (25.896) | (45.240) | (40.582) |
| Encargos sociais | (8.743) | (19.706) | (14.549) |
| Benefícios | (3.843) | (7.724) | (7.470) |
| Honorários da Administração | (2.394) | (4.164) | (3.723) |
| Treinamento | (293) | (411) | (259) |
| Total | (41.169) | (77.245) | (66.583) |

i. Outras despesas administrativas

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---|---------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas com aluguel | (3.101) | (5.835) | (5.206) |
| Despesas de processamento de dados | (11.382) | (22.363) | (16.921) |
| Despesas com serviços técnicos especializados | (2.275) | (5.445) | (5.265) |
| Despesas de comunicação | (4.517) | (8.665) | (7.369) |
| Despesas com serviços do Sistema Financeiro | (1.480) | (2.785) | (2.976) |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | (305) | (578) | (563) |
| Despesas com serviços de vigilância e segurança | (76) | (152) | (521) |
| Despesas de transporte | (78) | (141) | (117) |
| Despesas de material | (33) | (62) | (166) |
| Despesas de água, energia e gás | (97) | (237) | (239) |
| Despesas com serviços de terceiros | (296) | (569) | (505) |
| Despesas de propaganda e publicidade | (21) | (195) | (168) |
| Despesas de seguros | (182) | (443) | (238) |
| Despesas de promoções e relações públicas | (16) | (20) | (53) |
| Despesas de contribuições filantrópicas | (33) | (46) | (18) |
| Despesas de amortização e depreciação | (1.029) | (2.137) | (2.585) |
| Outras despesas administrativas | (1.366) | (2.515) | (1.971) |
| Total | (26.287) | (52.188) | (44.881) |

j. Despesas tributárias

| 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|---------------------|----------------------|----------------------|
|---------------------|----------------------|----------------------|

| | | | |
|--------------|----------------|-----------------|-----------------|
| COFINS | (5.707) | (10.169) | (7.773) |
| ISS | (1.426) | (2.473) | (2.256) |
| PIS | (927) | (1.652) | (1.264) |
| Outros | (99) | (351) | (146) |
| Total | (8.159) | (14.645) | (11.440) |

k. Outras receitas (despesas) operacionais

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| Reversão de provisões de garantias prestadas | (2.415) | (3.394) | (709) |
| Reversão de provisões operacionais | 3.804 | 7.559 | 2148 |
| Multas indenizatórias | 14 | 15 | 297 |
| Atualização de depósitos judiciais | 219 | 395 | 314 |
| Recuperação de encargos e despesas | 617 | 1.281 | 2.943 |
| Variação cambial | - | 98.218 | 109.108 |
| Outras despesas | (2.298) | (2.556) | (320) |
| Total | (59) | 101.518 | 114.481 |

l. (Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas de provisões de passivos contingentes | (1.372) | (1.380) | (5.426) |
| Reversão de provisões de passivos contingentes | 33.418 | 38.377 | 2.235 |
| Atualização de passivos contingentes | (1.135) | (4.803) | (5.268) |
| Total | 30.911 | 32.194 | (8.459) |

m. Resultado não operacional

| | 2º sem. 2021 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|----------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Outras receitas não operacionais | 6 | 16 | 56 |
| Total | 6 | 16 | 56 |

21 Transações e saldos com partes relacionadas

a. Transações com controladores (diretas e indiretas)

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

| | Ativo / (passivo) | | Receita / (despesa) | |
|--|--------------------------|----------------------|----------------------------|----------------------|
| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
| Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira | 539.570 | 44.149 | - | - |

| | | | | |
|--|--------------------|--------------------|------------------|------------------|
| Aplicações em moeda estrangeira no exterior (nota explicativa 5) | - | 36.580 | (3.527) | 75.354 |
| Valores a receber - comissão por intermediação de negócios-vide (nota explicativa nº 20.g) | 4.393 | 2.819 | 9.337 | 11.076 |
| Obrigações por empréstimos no exterior | (927.194) | (662.209) | - | (253.267) |
| Obrigações por repasses do exterior | (2.807.402) | (2.713.144) | (318.769) | (404.769) |
| Total | (3.190.634) | (3.291.805) | (312.959) | (571.606) |

b. Remuneração do pessoal - chave da Administração

Para atendimento da Resolução nº 4.818/20 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido, como pessoal chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Conglomerado Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária, ocorrida em abril de 2019, se manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

Benefícios de curto prazo a diretores

| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| Proventos | 4.163 | 3.723 |
| Remuneração variável | 1.751 | 2.013 |
| Contribuições ao INSS/FGTS | 1.489 | 582 |
| Total | 7.403 | 6.318 |

Benefícios pós emprego

De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Conglomerado (nota explicativa nº 22).

O Conglomerado não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c. Outras informações

Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo:

- As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Conglomerado Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 1. 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 2. 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes:

I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes;

II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e

III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos:

- a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas;
- b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas;
- c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas “a” e “b”; e
- d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária.

Em 31 de dezembro de 2021 não foram efetuados pelo Conglomerado: empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria não possuem qualquer participação acionária no Conglomerado.

22 Benefícios pós-emprego patrocinados

O exigível atuarial do Conglomerado foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data base de 31 de dezembro.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados, como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

a. Plano de Aposentadoria

O Conglomerado é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2021, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

| Descrição | Plano de Aposentadoria | |
|---|------------------------|---------------|
| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 37.565 | 42.920 |
| Valor justo dos ativos do plano | (32.749) | (37.054) |
| Déficit/ (Superávit) para planos cobertos | 4.816 | 5.866 |
| Ajustes por diferimentos permitidos | | |
| Passivo (ativo) atuarial líquido | 4.816 | 5.866 |
| Premissas atuariais: | | |
| Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial | 9,30% a.a. | 6,54% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários | 3,75% a.a. | 6,35% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios | 4,27% a.a. | 4,28% a.a. |
| Índice estimado de inflação | 3,75% a.a. | 3,25% a.a. |

| | | |
|--|--|---|
| Tábua Biométrica de mortalidade geral | AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo | AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo |
| Tábua Biométrica de entrada em invalidez | Tábua "Mercer" | Tábua "Mercer" |
| Taxa de rotatividade esperada | 0,31/ (tempo de serviço+1) | 0,31/ (tempo de serviço +1) |
| Probabilidade de ingresso em aposentadoria | 10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada; 3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal. | |

Análise de Sensibilidade

O valor presente da obrigação atuarial é sensível à variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% aa):

| Valor Presente das Obrigações | Análise de Sensibilidade | |
|------------------------------------|--------------------------|---------------|
| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
| Taxa de Desconto: redução de 0,25% | 833 | 1.107 |
| Taxa de Desconto: aumento de 0,25% | (813) | (1.076) |

b. Plano de Saúde

Até novembro de 2017, o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

| Descrição | Plano de Saúde | |
|--|---|---|
| | Dezembro/2021 | Dezembro/2020 |
| Passivo (Ativo) atuarial líquido | 13.155 | 13.979 |
| Total | 13.155 | 13.979 |
| Premissas atuariais/Hipoteses | | |
| Atuariais | | |
| Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial | 9.38% a.a. | 7.17%a.a. |
| Índice estimado de inflação | 3.75%a.a. | 3.25%a.a. |
| | Até 9 anos SVC: | |
| | 0,5/(Tempo de Serviço +1) | |
| Tábua Biométrica de Rotatividade | A partir de 10 anos SVC: 0,075/(Tempi de Serviço +1) | 0,15 / (Tempo de Serviço) + 1 |
| Tábua biométrica de entrada em aposentadoria | 55 anos | 55 anos |
| Tábua Biométrica de mortalidade geral | AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10% | AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10% |
| HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) | Decrescendo de 7,90% a.a a 4,79% a.a | Decrescendo de 7,90% a.a a 4,28% a.a |
| Correção da Contribuição do Participante | Inflação (HCCTR) | Inflação (HCCTR) |

| | | |
|---|---|---|
| Correção do Custo do Plano | Inflação (HCCTR) + Aging Factor | Inflação (HCCTR) + Aging Factor |
| Percentual de Optantes pela Permanência no Plano | Aposentadoria: 100% Desligamento: 100% | Aposentadoria: 100% Desligamento: 100% |
| Fator de Idade (Aging Factor) | 3,00% (por ano - idade) | 3,00% (por ano - idade) |
| Composição Familiar - Ativos | 90% Casados | 90% Casados |
| Diferença de Idade Titular/Cônjuge | 4 anos | 4 anos |
| Composição Familiar Aposentados | Família Real | Família Real |

23 Estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e de Gerenciamento de Capital

Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou, ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Conglomerado Prudencial e está definida na política de gerenciamento de risco operacional estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela diretoria do Conglomerado nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à diretoria do Conglomerado. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Conglomerado e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

O gerenciamento de risco operacional do Conglomerado Prudencial adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticos e estratégicos entre as áreas de negócios e a área de gestão de risco operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades.

Neste modelo de gestão, a área de gestão de risco operacional é responsável por:

- i. Definir as estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional;
- ii. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados;
- iii. Elaborar relatórios periódicos;
- iv. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco;
- v. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco.

A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas.

Com relação ao cálculo de requerimento de capital para risco operacional, o Conglomerado adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA".

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco, bem como a responsabilidade da diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado).

Risco de Mercado e Liquidez

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Conglomerado Prudencial adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado.

O risco de liquidez é a possibilidade do Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade do Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A política de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos limites para posições, dividido em limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de limites/diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o departamento de gerenciamento de risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de *Value at Risk* (VAR) paramétrico e testes de estresse.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Conglomerado Prudencial têm implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da diretoria e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha

níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos.

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de risco mercado e liquidez do Banco constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado). A diretoria do Conglomerado Prudencial é responsável por todas as informações divulgadas.

Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o risco de mercado e de liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do risco de crédito e podem se manifestar simultaneamente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Prudencial está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela diretoria do Banco.

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de risco crédito do Banco, bem como a responsabilidade da diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado).

Gerenciamento de capital

O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer

face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do departamento de gerenciamento de riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos.

A principal fonte de informação para fins de cálculo para apuração do capital regulatório é o documento CADOC 2061 – DLO Demonstrativo de Limites Operacionais, submetido mensalmente ao BACEN, onde é detalhado todos os componentes do “PR” – Patrimônio de Referência, que será a base referencial para fins de adequação ao capital mínimo regulatório conforme pronunciamentos da Basileia III.

Para fins de apuração do capital mínimo requerido, o total do RWA é calculado através da soma dos ativos ponderados pelo riscos de crédito, mercado e operacional:

$$\text{➤ RWA} = \text{RWAcpad} + \text{RWAm pad} + \text{RWAopad}$$

O RWA total consiste na soma desses ativos devidamente ponderados.

Índice da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando o índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

| | <u>Dezembro/2021</u> | <u>Dezembro/2020</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Risco de Crédito | 7.058.609 | 5.453.441 |
| Risco de Mercado | 649.402 | 425.001 |
| Risco Operacional | 383.746 | 336.392 |
| Ativos ponderados pelo Risco (RWA) | 8.091.757 | 6.214.834 |
| Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR) | 1.994.214 | 1.835.710 |
| Patrimônio de Referência Exigido (RWA 8%) | 647.341 | 497.187 |
| Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido | 1.346.873 | 1.338.523 |

Índice de Basileia (IB) - PR/RWA

24,65%

29,54%

Caso o Conglomerado Prudencial necessite de capital adicional, o plano de contingência é o aumento de capital através de injeção de capital pela casa matriz SMBC Tokyo.

Qualquer incidente ou problema relevante deve ser imediatamente direcionado ao Comitê de Governança do Banco, que é o grupo designado à centralizar as decisões e definições de medidas para remediar quaisquer problemas relativos à adequação de capital.

O Banco, no intuito de adotar uma postura prospectiva e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de novos produtos e serviços, com a participação permanente do departamento de gerenciamento de riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco.

O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente e, em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar o tratamento adequado à adequação de capital.

Em caso de mudança relevante nos cenários, a divisão de Finance irá acionar a equipe de *IRM (Integrated Risk Management)* para que ela realize testes de *stress* sob condições mercadológicas e econômicas extremas.

As informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de capital constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado). A diretoria do Conglomerado Prudencial é responsável por todas as informações divulgadas.

Mensuração de Valor Justo

A determinação dos valores justos de ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos na maioria de seus produtos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

- Nível 1 - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado, possuem alta liquidez e seus preços disponíveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os títulos disponíveis para a venda e os futuros da bolsa.

- **Nível 2** - Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis em um mercado ativo, mas são apreçados a partir de preços cotados para instrumentos semelhantes ou técnicas de precificação que utilizem dados observáveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os SWAPs, NDFs e as Debêntures, em que a metodologia utilizada é o *“mark to model”*, o qual os *inputs* são coletados do mercado.
- **Nível 3** - Precificação de ativos onde os dados não estão disponíveis no mercado. Sendo assim, de acordo com as melhores práticas de mercado, o valor justo de alguns produtos como Notas Promissórias e Letras Financeiras é calculado por meio do Spread de Crédito para incorporar o risco de crédito do emissor no preço do ativo.

24 Resultados recorrentes e não recorrentes

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o Conglomerado considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das suas atividades.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

No que se refere ao impacto da Contribuição Social corrente no resultado do banco devido a majoração da alíquota de 20% para 25%, temos que o valor de despesa foi aumentado em R\$ 4.290 para 31 de dezembro de 2021.

25 Outros Assuntos

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à pandemia de Covid-19. A Administração do Banco entende que não haverá impacto financeiro nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 como resultado deste evento subsequente e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia, não havendo assim impactos na capacidade operacional do Banco. Vale ressaltar que até o presente momento, não houve impacto significativo nas operações, dado a seleção criteriosa da carteira de clientes.

Em nosso melhor entendimento, a Administração do Conglomerado Prudencial conclui que, baseado na adequação de nossa base contábil de continuidade operacional bem como em nossos controles internos, não há em 31 de dezembro de 2021 incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado Prudencial.

Todavia, em caso de eventos ou condições adversas futuras que coloquem em risco a continuidade operacional, a Administração fará as apropriadas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sempre antecipando e alinhando tais fatos junto aos nossos auditores externos e regulador.